

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM IGUATU: CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESIDENCIAL DOM MAURO

Sabrinna Kelly Carnauba Rodrigues¹, Maria Islara da Silva Duarte², Érico Robsom Duarte de Sousa³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida consubstanciado no Residencial Dom Mauro. Metodologicamente é uma pesquisa bibliográfica com o uso de dados secundário. A entrega das 900 moradias do Residencial Dom Mauro representou a diminuição do déficit habitacional de Iguatu, ao contemplar cerca de 5 mil pessoas com a casa própria. Porém, ainda se faz necessário assistência para essas famílias, como transporte coletivo de qualidade, creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, etc; sem esse aparelhamento, o sonho da casa própria acaba se transformando em um apartheid social, com o distanciamento dessas famílias do centro urbano.

Palavras-chave: Habitação. Políticas públicas. Residencial. Iguatu.

1. Introdução

A industrialização tardia brasileira impulsionou o crescimento urbano e conseqüentemente levando a demanda de moradias não foi acompanhado na mesma velocidade pela oferta, gerando um déficit habitacional. As reformas estruturais do Plano de Ação Econômica do Governo-PAEG, deu origem ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH/BNH, onde o Estado utilizou grandes investimentos para viabilizar uma reforma urbana, mas que não conseguiu o êxito esperado, por conta da ocupação ilegal que não pôde ser controlada, criando um crescimento desordenado do perímetro urbano dos grandes centros (ARAÚJO, 1997).

A redemocratização brasileira (1985), atrelado a Constituição Federal-CF de 1988 se encarregou do desafio de elaborar uma política de urbanização. Os estudos desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), defendendo novos preceitos na formulação do planejamento urbano nacional resultaram nos artigos 182 e 183 incorporados na CF, atribuído restrição ao exercício do direito de propriedade, dependendo prioritariamente sua função social; os municípios devendo elaborar e executar o Plano Diretor (PD) para nortear a política de desenvolvimento urbano como parte integrante do Estatuto da Cidade de 2001 (CARDOSO, 2000).

O Programa Minha Casa, Minha vida – PMCMV, foi criado em 2009 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal. O objetivo do PMCMV é equacionar o déficit habitacional, proporcionando a aquisição da casa própria pela população das mais variadas faixas de renda, com financiamento da Caixa Econômica Federal do Fundo de Amparo ao Trabalhador –

1 Graduanda em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Cariri, email: sabyrdgs@gmail.com ;

2 Docente do curso de Ciências Econômicas - Universidade Regional do Cariri, e-mail: erico.sousa@urca.com.br ;

3 Graduanda em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Cariri, email: islara.duarte@gamil.com

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



FAT em parceria com os municípios beneficiados. O programa é dividido em 4 faixas de renda, que determinam a origem e valor dos subsídios para cada família, a primeira faixa visa contemplar famílias com renda bruta de até R\$ 1.800, a faixa 1,5 que é destinada a famílias com renda de até R\$ 2.600, a faixa 2 para famílias com renda de até R\$ 4.000 e por último a faixa 3 que atende famílias com renda bruta de até R\$ 9.000 (CAIXA, 2020).

O estado do Ceará enfrenta historicamente problemas relacionadas a infraestrutura de moradia de inúmeras famílias, como habitual as de classe mais baixa acabam sofrendo mais com essa falta de estrutura, de acordo com a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) os números estimados pela Fundação João Pinheiro em 2015, o estado precisaria de 302.623 mil unidades habitacionais para conseguir equacionar o déficit habitacional, sendo 224.740 mil na área urbana e 77.883 mil em área rural (Diário do Nordeste, 2019).

Ao analisar a evolução da população do município de Iguatu (Tabela 1), podemos observar que a redução da população rural e o aumento da população urbana, acentuando em 2010 com apenas 22,66% da população rural, contra 77,34% de população urbana no mesmo ano. O aumento na urbanização de Iguatu pode ser explicado pela localização geográfica pautada na agricultura e no comércio; e pela interiorização dos investimentos empresariais via política de incentivos fiscais para atração de empresa, tornando um centro dinâmico; e também o investimento na implantação e no fortalecimento de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas; construções de obras públicas, subsídios para loteamentos habitacionais, entre outros. Porém pôde-se observar que no município de Iguatu juntamente com esse crescimento populacional começaram a se revelar problemas com o crescente déficit habitacional e falta de políticas públicas efetivas para tender principalmente às famílias de baixa renda.

Tabela 1 – Evolução da População do Município de Iguatu de 1991 a 2010.

População	1991	2000	2007	2010
Urbana	53.123	62.366	69.748	74.627
Rural	22.526	23.249	22.512	21.868
Total	75.649	85.615	92.260	96.495

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1991, 2000, 2010). Elaboração própria.

A justificativa deste projeto se dá pela relevância e atualidade da temática. Quando observamos a crescente urbanização ocorrida nas últimas décadas com inchaço das cidades como ocorreu em Iguatu, demonstrando o déficit habitacional, pressiona o governo nas três esferas de poder, por uma reação para esse setor, culminando no PMCMV que financia moradias para diversas faixas de renda. Nesse sentido, se o PMCMV consubstanciado no residencial do Mauro por um lado corrobora para a redução do déficit habitacional, por outro lado, significa um apartheid social pela forma como o programa é posto em prática.

2. Objetivo

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida consubstanciado no Residencial Dom Mauro.

3. Metodologia

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



O município de Iguatu está localizada na região centro-sul do Estado do Ceará, é a 7ª maior cidade do Estado com população estimada em 103.255 mil habitantes em 2018, caracteriza como uma cidade média. É constituído por 7 distritos: Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho e Suassurana.

Para alcançar o objetivo, a metodologia utilizada na pesquisa além de ser bibliográfica, é também descritiva, onde há um levantamento de dados junto às Secretarias de Habitação e do Meio Ambiente do município de Iguatu, associação dos construtores, no IBGE, IPECE, Caixa Econômica Federal, sites, artigos e jornais, etc;. Esses dados secundários e as informações obtidas foram analisados, com o intuito de mostrar que o aumento dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha vida no Residencial Dom Mauro, significa a redução do déficit habitacional no município e a melhora nas condições de moradia dos beneficiários.

4. Resultados

O aumento da população urbana no Iguatu sem acesso a moradia fez com que ocorresse em 2015, a formação da 6ª ocupação de áreas ociosas do poder público em menos de 40 dias, por famílias a fim de reivindicar atitudes da prefeitura municipal que contemplasse a construção e distribuição de casa própria para melhoria em sua qualidade de vida. Os ocupantes viviam em barracos feitos de lona, madeiras velhas, lençóis, papelão e após muito tempo de ocupação casas de alvenaria começaram a ser construídas. Neste período o déficit habitacional do município chegava a 12 mil cadastros. Porém esse problema não se concentra apenas no passado, hoje ainda temos três das seis ocupações formadas no município em anos anteriores localizadas nos bairros Altiplano, João Paulo e Vila Neuma (RENATA, 2015).

Em virtude dessa demanda de pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade social em ocupações, assentamentos ou até mesmo pagando alugueis, que nos últimos anos obtiveram uma grande alta devido a especulação imobiliária. Foi aprovado no município de Iguatu em 2017 o projeto habitacional chamado “Residencial de um novo tempo I e II”, a fim de diminuir o déficit habitacional no município. Este programa, fruto da parceria do Governo Federal, por meio do Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal. O “Residencial I e II” com 600 unidades habitacionais fica localizado entre a Vila Cajazeiras e a Vila Gadelha e outras 299, no “Residencial Benderville Iguatu II”, serão erguidas nas proximidades do Clube dos Comerciantes, ao lado da Avenida Juscelino Kubitschek. Essas obras serão destinadas para as famílias carentes do município com renda bruta mensal de até R\$ 1.800,00. A população contemplada nessa primeira fase do projeto com 899 residências, podendo chegar até 1.095, caracterizando-se o maior programa de moradia já executado no município. Os investimentos para a construção desse projeto ultrapassaram os R\$ 46 milhões.

A empresa encarregada pela execução das obras do “Residencial I e II” é a “Elite Engenharia”, empresa Iguatuense. Em entrevista à TV Centro Sul o responsável pelas obras fala que há quase 200 pessoas envolvidas no trabalho das obras e são entregues todos os dias 4 casas prontas, ou seja, em uma semana eles entregam 20 casas, sendo cada uma com 2 quartos, um banheiro, sala, cozinha e área de serviço, todo esse aparato de pessoas é justamente para agilizar as obras afim de serem entregues os mais rápido possível para população.

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



Este trabalho está concentrando os esforços no “Residencial de um Novo Tempo I e II”, atualmente rebatizado de Residencial Dom Mauro. Nesse programa habitacional os beneficiários foram selecionados através de um cadastro efetuado na Secretaria de Assistência Social com prioridade para as pessoas que habitam em localidades consideradas de riscos, como por exemplo, as ocupações que ainda é grande um problema no município e também os assentamentos. Após o preenchimento dessas vagas será aberto para toda a população de baixa renda do município de Iguatu, a seleção será feita pela Caixa Econômica Federal, uma das financiadoras do programa. No final de 2018 os cadastros para as famílias interessadas foram abertos e houve mais de 700 cadastros, e através dos critérios pré-estabelecidos de prioridade para assentamentos e ocupações e faixa de renda compatível, nesta primeira fase 200 cadastros foram aprovados (Prefeitura Municipal de Iguatu, 2019).

Em junho de 2020 foi iniciada a entrega das primeiras unidades de moradia no Residencial Dom Mauro (figura 01), localizado no distrito do Gadelha há 10 Km do centro da cidade, o residencial conta com 900 unidades de moradia de 43,68 m² divididas em três condomínios de 19 blocos de quatro andares cada, trazendo moradia para cerca de 5 mil pessoas (Diário do Nordeste, 2020).

Figura 01:Residencial Dom Mauro



Fonte: Jornalapraça.com.br

Segundo o prefeito de Iguatu Ednaldo Lavor ainda em 2018, em entrevista, destacou que este conjunto habitacional (Residencial Dom Mauro) teria toda comodidade para os moradores, onde os mesmo terão acesso a creche em tempo integral para crianças, escolas, transporte coletivo que irá passar de hora em hora, ambulância e um posto policial, tudo perto de suas casas para garantir total suporte as futuras famílias, além de uma estação de tratamento própria para o esgoto das casas. Este empreendimento ainda de acordo com o mesmo irá movimentar a economia local, uma vez que a matéria-prima, mão de obra e execução das obras serão inteiramente do próprio município, aumentando assim a renda e a geração de emprego no município de Iguatu. Porém, o que se observa, a exemplo de outros empreendimentos do PMCMV em outras cidades, é um apartheid social, sem acesso a saúde, educação, lazer e sem transporte de qualidade.

5. Conclusão

O município de Iguatu enfrentava profundos problemas acerca da questão habitacional e a efetivação de políticas públicas voltadas para a mesma, onde o déficit habitacional e as ocupações de espaços ociosos do poder público do município obtiveram números expressivos em anos anteriores. O PMCMV em

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



parceira com a prefeitura municipal para a construção do Residencial Dom Mauro, inicia uma nova perspectiva de vida para as pessoas que não possuíam moradia própria no município. A entrega do Residencial Dom Mauro é um alento para os que viviam em condições de vulnerabilidade social ou pagando alugues à preços exorbitantes. Não resta dúvida da importância para a população de Iguatu a fim de reduzir os números de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social em ocupações e assentamentos. Mas também é importante ressaltar que ainda não significa o ideal, já que a construção de moradias subsidia e entregues em local distante do centro urbano de Iguatu necessita de infraestrutura complementa para não se transformar em um apartheid social, deixando essa população carente de assistência básica para viver com disginidade.

6. Referências

ALVES, B; CORREIA, V; KRAUSE, C. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**. IPEA. Disponível em: <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5809/1/NT_n01_Estimativas-deficit-brasileiro-2007-2011-municipios-2010_Dirur_2013-maio.pdf > Acesso em: 21 out.

ARAÚJO, T. B. de. **Dossiê Nordeste I** – Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: SciELO - Estudos Avançados, S.P. v. 11, n. 29, abril/ 1997.2020.

ANTUNES, L. **Minha casa minha vida deve ter novas regras e menos verba**. Uol. Disponível em:< <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/21/minha-casa-minha-vida-deve-ter-novas-regras-e-menos-verba-veja-como-e-hoje.htm> >. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Presidência da República – Casa Civil– Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br.07.07.2015>.

BARBOSA, H. **Iguatu> Começa a construção de 600 casas populares**. Diário do Nordeste. Disponível em: < <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/iguatu-comeca-a-construcao-de-600-casas-populares/24542> >. Acesso em: 21 out. 2020.

MOREIRA, V; SILVEIRA, S; EUCLYDES, F. **“MINHA CASA, MINHA VIDA” EM NÚMEROS: quais conclusões podemos extrair?**. Disponível em: < <https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0594-613-minha-casa.pdf> >. Acesso em: 17 out. 2020.

HENRIQUE, T. **Iniciada a entrega das moradias do Residencial Dom José Mauro**. Jornal a Praça. Disponível em: < <https://www.jornalapraca.com.br/iniciada-a-entrega-das-moradias-do-residencial-dom-jose-mauro-2/> >. Acesso em: 20. out. 2020.

SOUZA, I. **Entenda o programa minha casa minha vida**. Politize. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/minha-casa-minha-vida-entenda/> >. Acesso em: 19. out. 2020.